

# A missão de Cipriano Ribeiro Freire, primeiro representante de Portugal nos Estados Unidos (1794-1799)

**Jorge Martins Ribeiro\***

**Resumo:** Cipriano Ribeiro Freire foi o primeiro representante de Portugal nos Estados Unidos da América, entre 1794-1799, com a categoria de ministro residente. A sua nomeação não foi isenta de dificuldades, porque os norte-americanos, por razões de política interna, não estavam interessados em enviar um diplomata de igual categoria para Lisboa. O governo português antecipou-se, e perante o facto consumado, o Congresso teve de ceder aos desejos da corte de D. Maria I. Freire foi membro de várias academias científicas de Londres, Lisboa e Filadélfia. Assim, esta elevada craveira intelectual, aliada ao facto de ser um diplomata experiente, fizeram com a que a sua estada na América fosse bastante frutuosa, pois defendeu os interesses portugueses e o incremento das relações bilaterais.

**Palavras-chave:** Diplomacia; Relações Bilaterais; Navegação; Comércio; Corsários Berberescos.

## 1. A nomeação de Cipriano Ribeiro Freire

Neste artigo vamos estudar a forma como decorreu a missão do primeiro representante diplomático português nos então recém-independentes Estados Unidos da América, Cipriano Ribeiro Freire. Este diplomata nasceu em Lisboa em 1749; e, dada a profissão do pai, ligado à atividade comercial, estudou na Aula do Comércio, onde se revelou um excelente aluno e foi também protegido do Marquês de Pombal, que nele reparara, aquando do exame final, ao qual presidira como era hábito. Esta alta proteção levou a que fosse

---

\* Professor Auxiliar do Departamento de História, Estudos Políticos e Internacionais da Universidade do Porto/Faculdade de Letras; Investigador integrado no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” da Universidade do Porto/Faculdade de Letras

E-mail: [jribeiro@letras.up.pt](mailto:jribeiro@letras.up.pt)

“escolhido para Secretario do Ministro Portuguez em Londres, dando-lhe por instrucção ficar escrevendo-se particularmente com elle, no que alli notasse mais digno, em commercio, industria, finanças, e ainda politica geral.” (Sá, 1842, 2).

Cipriano Ribeiro Freire chegou a Londres em abril de 1774, ano difícil para a diplomacia portuguesa devido às tensões internacionais e à querela luso-espanhola, a propósito da fronteira sul do Brasil. Após Luiz Pinto de Sousa Coutinho ter cessado funções, Freire foi, entre setembro de 1783 e setembro de 1785, encarregado de negócios da Legação Portuguesa em Londres. Desempenhou de tal modo satisfatório as suas funções que foi nomeado oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e recebeu “o habito da Ordem de Santiago da Espada, com doze mil réis de tença”. (Sá, 1842, 6). Em 1788, quando Sousa Coutinho foi escolhido para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cipriano Ribeiro Freire voltou a ser o representante diplomático português junto da corte inglesa. Aí teve de fazer face a situações delicadas que poderiam prejudicar o relacionamento luso-britânico.

Entretanto as suas qualidades intelectuais garantiram-lhe a admissão na Royal Society, na Society of Antiquaries e na Society for the Encouragement of Arts, Manufacture and Commerce, bem como na Associação dos Amigos da Humanidade. Entretanto, também foi feito membro da Academia de Ciências de Lisboa (Sá, 1842, 8-9; Ribeiro, 1997, 386).

Ainda em 1790, quando ainda se encontrava no Reino Unido, foi nomeado ministro residente nos Estados Unidos. Após o reconhecimento da independência das 13 colónias britânicas pela corte de Lisboa, foi difícil conseguir que o Congresso se decidisse a nomear um representante em Portugal. Em 1791, antes de regressar a Lisboa casou com Agnes Frances

Hudson, abastada viúva do coronel inglês Ricardo Lohkyer (Sá, 1842, 9; Carvalho, 2014, 54)

A troca de cônsules entre os dois países era algo que já vinha detrás, estava prevista num dos artigos do tratado entre Portugal e os Estados Unidos, assinado, em 1786, por John Adams e Thomas Jefferson, mas não pelo embaixador português em Londres, Luís Pinto de Sousa Coutinho, por não ter poderes para tal. Este acordo, contudo, nunca foi ratificado pelo gabinete de Lisboa – na realidade, não existia nenhum acordo no respeitante ao nível da representação diplomática. O governo português insistia em enviar para a América do Norte um diplomata que o representasse e queria que o Congresso nomeasse para Lisboa um de igual categoria.

Esta dificuldade dever-se-ia ao facto “de muitos americanos não confiarem nos diplomatas e de alguns dos congressistas não quererem ter representantes permanentes no estrangeiro” (Ribeiro, 1987, 365). Aliás, na opinião de alguns dos Pais Fundadores, como George Washington, James Madison e Alexander Hamilton os Estados Unidos não necessitavam de ter mais do que cinco ou seis missões permanentes em países estrangeiros. As outras potências, por seu lado, enviariam para a América diplomatas apenas quando fosse necessário (Ribeiro, 1987, 365). Todavia, de acordo com Tiago Moreira de Sá a razão para esta resistência era de política interna, “nomeadamente a oposição a uma extensão do poder federal no quadro do conflito dificilmente estabelecido entre os poderes da União, dos Estados e das comunidades locais” (Sá, 2016, 39).

Nos inícios da última década do século XVIII, a jovem república tinha apenas “quatro ministros e um encarregado de negócios na Europa” mais “dois representantes pessoais” (Ribeiro, 1987, 365) de George Washington. A partir de 1796 passaram a ter três ministros plenipotenciários em capitais do

continente europeu; Londres, Paris e Madrid. No entanto, vozes influentes como as de John Jay e de Thomas Jefferson eram favoráveis a que o Congresso tivesse um representante na capital portuguesa. Além disto, Charles Pinckney, que se mostrara favorável a que o país apenas tivesse legações nas capitais francesa e britânica, em 1786, acabou por mudar de opinião e apresentar uma moção ao Congresso solicitando a nomeação de um ministro residente para Portugal. Por outro lado, a corte portuguesa queria um diplomata com a categoria de Ministro Plenipotenciário, numa altura em que os americanos já aceitavam enviar um encarregado de negócios. Contudo, como esta era a categoria mais baixa das quatro classes de chefes de missão diplomática, Portugal avisava que um simples encarregado de negócios não poderia exercer as suas funções com eficácia, devido à etiqueta da corte (Ribeiro, 1997, 361, 363, 365-367).

Apesar destas opiniões divergentes, o governo português conseguiu enviar um ministro residente para Filadélfia e ter um ministro residente em Lisboa, dando, assim, corpo a uma pretensão que já vinha desde 1785, altura da negociação do já referido tratado luso-americano (Ribeiro, 1997, 320, 366-367).

O primeiro representante diplomático em Portugal foi o coronel David Humphreys. Nascido no Connecticut em 1752, frequentou o Yale College (antecessor da Universidade de Yale), após o que ingressou no exército, onde uma carreira brilhante lhe permitiu atingir o posto de tenente-coronel. Tornou-se ajudante de campo de George Washington, de quem foi amigo pessoal. Entre 1784 e 1790 ocupou vários cargos, tendo sido secretário da Comissão encarregada de negociar com as potências estrangeiras. Em 1790 foi enviado para a Europa, sob o pretexto de negociar tratados com a Grã-Bretanha, Espanha e Portugal. No entanto, o verdadeiro fim desta missão era o fazer chegar instruções ao encarregado de negócios americano na capital espanhola, por causa do conflito que se adivinhava vir a eclodir brevemente entre este país

e a Grã-Bretanha, a propósito do Nootka Sound. Assim, seguindo instruções de Thomas Jefferson, Humphreys viajou para Londres, onde cumpriu a missão de que estava encarregado, e aí, antes de embarcar para Lisboa, conforme o planeado, tomou conhecimento que Cipriano Ribeiro Freire fora nomeado ministro residente nos Estados Unidos.

De qualquer modo, o coronel David Humphreys viajou para a capital portuguesa onde chegou a 18 de novembro de 1790. Refira-se, no entanto, que a sua missão em Portugal à partida estava comprometida, pois um dos objetivos era o de tentar persuadir o governo português a aceitar um representante americano com a categoria de encarregado de negócios.

David Humphreys teve duas entrevistas com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Na primeira, este congratulou-se com a nomeação de Cipriano Ribeiro Freire, não só simpatizante dos Estados Unidos como pessoa do conhecimento de vários notáveis americanos, embora as posições de ambos, a este respeito, se revelassem irreduzíveis. No decurso de um segundo encontro as opiniões dos dois homens tornaram-se mais flexíveis, tendo o coronel David Humphreys declarado que, dadas as circunstâncias, só lhe restava dar conhecimento ao seu governo do ocorrido.

Uma vez que era amigo pessoal de George Washington escreveu uma carta confidencial a este estadista, aconselhando-o a aceitar as pretensões portuguesas e, ao mesmo tempo, a enviar uma carta escrita, pelo seu próprio punho, à Rainha D. Maria I agradecendo a amizade com os Estados Unidos e por ter ordenado que a Armada portuguesa protegesse os navios mercantes americanos dos ataques dos corsários argelinos. Finalmente, a 21 de fevereiro de 1791, o Senado ratificava a nomeação do coronel David Humphreys, como ministro residente em Lisboa, sendo esta a primeira vez, depois da entrada em

vigor da Constituição que tal facto ocorria (Ribeiro, 1997, 633, 639, 642; Sá, 2019, 40-41).

Em nosso entender, as razões que levaram os norte-americanos a aceitarem as exigências lusas deve-se também ao facto de a capital portuguesa ser um bom local para obterem informações sobre as regências norte-africanas. De resto, tanto Thomas Jefferson, como David Humphreys achavam ainda Lisboa o ponto ideal para os Estados Unidos estabelecerem comunicações com Marrocos (Ribeiro, 1997, 633-638, 709; Ribeiro, 2016, 164).

Deste modo Cipriano Ribeiro Freire pôde tomar posse do posto para que fora indicado. Apesar de nomeado em meados de 1790, apenas partiu para a América do Norte em 1794, tendo chegado a Nova Iorque a 13 de setembro desse mesmo ano (Ribeiro, 1997, 368-369; Sá, 2016, 42), em plena epidemia de febre amarela, pelo que não pôde seguir imediatamente para Filadélfia. No entanto, avisado pelo Secretário de Estado, Edmund Randolph, de que esta doença já não constituía perigo, o representante português seguiu para Filadélfia, onde chegou a 11 de outubro. Contudo, só foi oficialmente apresentado a George Washington a 30 de outubro, pois este encontrava-se fora da cidade Na sequência da denominada Rebelião do Whiskey participava numa expedição militar no oeste da Pensilvânia, cujo objetivo era o de submeter os rebeldes que se insurgiam contra as sanções que recaíam sobre quem não satisfazia o imposto sobre o uísque, lançado em 1791. acrescido do facto da falta de moeda para fazer os respetivos pagamentos. (Krom, Krom, 2012, 108-110).

Cipriano Ribeiro Freire foi cordialmente recebido pelo Presidente e os contactos com as autoridades americanas e os diplomatas estrangeiros foram um êxito. Isto não invalidou, no entanto, que o Secretário de Estado norte-americano mostrasse algumas reservas acerca de Freire, pois pediu informações a seu respeito ao coronel David Humphreys. Apesar de o diplomata português aparentar ser uma pessoa conciliatória, temia que pudesse ser um fator de

desestabilização entre os dois países. Infelizmente não foi possível encontrar a resposta de Humphreys a esta dúvida levantada por Edmund Randolph (Ribeiro, 1997, 371).

Com o tempo, o diplomata português, passou a ser um admirador de George Washington “que considerava “hum grande homem, com longa e competente experiencia, constante observação e profunda reflexão e o juizo mais seguro e consummada prudencia” (Ribeiro, 1997, 409-410). Aliás, em vários dos seus ofícios, não lhe regateava elogios, salientando a “sua firmeza, integridade, e princípios”, afirmando que iria ser sempre uma referência para os que se lhe seguissem. Entre os possíveis sucessores, Freire era a favor de John Jay, embora soubesse que devido ao facto de ter assinado o famigerado Jay’s Treaty nunca teria essa possibilidade. Assim, entre John Adams e Thomas Jefferson, os mais bem posicionados para ganharem as eleições, as suas preferências iam para o primeiro, dado não nutrir grande simpatia pelos apoiantes do segundo, nem pela admiração deste para com os ideias da Revolução Francesa (Ribeiro, 1997, 410, 412).

De referir ainda, que Cipriano Ribeiro Freire, em 1796, se tornou o primeiro e um dos poucos portugueses a ter a honra de ser membro da ainda hoje prestigiada American Philosophical Society, com sede em Filadélfia. A sua passagem ficou assinalada pela oferta que fez àquela organização de 15 livros em 1797 – uma das maiores dádivas recebidas naquela época (Ribeiro, 1997, 368).

A instalação de Freire em Filadélfia não esteve isenta de problemas, pois teve dificuldade em encontrar uma casa digna da sua categoria e verificou que o custo de vida era entre 40% a 50% superior ao de Londres. Tal como muitos outros diplomatas, queixava-se do transtorno causado pelo atraso dos seus vencimentos, mas como a fortuna da esposa lhe permitia viver desafogadamente, apenas solicitava a sua nomeação como ministro-

plenipotenciário. Deste modo, ficaria ao mesmo nível dos diplomatas dos países europeus e seria bom para a dignidade de Portugal, sobretudo numa cidade pequena, como era o caso de Filadélfia. Como seria previsível, dadas as dificuldades da sua indigitação e da filosofia do governo americano a este respeito, Cipriano Ribeiro Freire, até ao final da sua missão nunca mudou de categoria, embora tivesse de se ocupar de problemas graves que causavam prejuízos ao comércio português (Ribeiro, 1997, 379),

## **2. Problemas com os corsários franceses e repatriamento de marinheiros portugueses**

Desde a sua chegada, Freire teve de se ocupar dos marinheiros portugueses, que pelas mais diversas razões e contra a sua vontade desembarcavam em portos dos Estados Unidos. Geralmente eram tripulantes de navios portugueses apresados em alto mar, tanto quer por navios de guerra, como por corsários. O diplomata deu-se conta de que esses navios mercantes lusos eram alvo de sequestro por fragatas e corsários franceses.

Na sua correspondência, refere os nomes de algumas dessas embarcações e as circunstâncias em que os incidentes ocorreram. Menciona, por exemplo, o “hiate” Nossa Senhora da Encarnação e S. José, apresado a 30 de abril de 1794, o Rainha dos Anjos, capturado e incendiado juntamente com duas embarcações espanholas pela fragata gaulesa onde seguia Pierre August Adet, nomeado embaixador pela Convenção junto do executivo norte-americano, em 1795, o S. Joseph Triumpho, em novembro de 1795 e o Nossa Senhora da Luz e Santa Anna, em 1797. Além destes, também chegavam aos Estados Unidos marinheiros portugueses de navios que, após sequestrados, tinham sido levados para Caiena (Guiana Francesa), pois achavam que dos portos americanos conseguiriam regressar mais depressa a Portugal. Assim, as despesas com o

alojamento e alimentação e até de transporte corriam por conta do ministro (Ribeiro, 1997, 372-377).

Além das embarcações lusas, os franceses também apresavam, sempre que a ocasião se proporcionava, navios ingleses e até veleiros norte-americanos, desde que se dirigissem ao Reino Unido. Freire, como seria de esperar, nos ofícios que envia para Lisboa reprovava estes ataques franceses designando-os por “inconseqüências e injustiças” apenas com “paralelo nas suas mesmas atrocidades e abominaçoens” (Ribeiro, 1997, 374). Contudo, nesta altura, os Estados Unidos não possuíam uma marinha de guerra para sua defesa. Devido a isto os norte-americanos viam-se obrigados a conciliar-se com os franceses, pois no Tratado de Aliança – assinado em 1778 entre os EUA e a França – estava consignado que “as marinhas de guerra ou os navios particulares utilizados para fins bélicos de qualquer dos dois países podiam entrar livremente nos portos do outro”. Dado este clausulado, seria muito difícil obter a libertação de qualquer embarcação lusa apresada pelos franceses e levada para a América do Norte, pelo que o diplomata pedia instruções sobre como atuar em casos futuros (Ribeiro, 1997, 371, 375, 378-379).

Os repatriamentos, como referimos, eram custeados por Cipriano Ribeiro Freire, pelo que este mencionava os exemplos da Espanha, França e Grã-Bretanha, países que haviam dado créditos substanciais aos seus diplomatas ou depositado uma importante quantidade de dinheiro nos Estados Unidos para que estes pudessem pagar despesas deste tipo. Por outro lado, para não envolver Lisboa no conflito que opunha as potências europeias, em 1795, decidiu não aceitar a oferta do ministro de Espanha de repatriar os marinheiros portugueses, juntamente com os espanhóis, a bordo de um navio parlamentar, pois isso significaria admitir que Portugal e a França estavam em guerra. Como consequência os homens ficaram mais tempo em Nova Iorque à espera de transporte, pelo que para fazer face às despesas de alojamento, alimentação e

vestuário, alguns tiveram de trabalhar “à jorna”. A propósito, Freire queixava-se de ser alvo de ingratidão por parte destes marinheiros, pois, apesar da “grande despeza” que fizera por a “julgar indispensável ao serviço de Sua Magestade” nada os satisfazia, considerando pouco tudo quanto fizera por eles (Ribeiro, 1997, 375-376).

### **3. Salários e deserção de marinheiros**

Um dos assuntos que o ministro português aflora nos seus ofícios tem a ver com os salários praticados nos Estados Unidos, que considerava serem excessivamente altos quando, obviamente, comparados com os portugueses. Não deixa de ser curioso este facto se atendermos a que quando é feita afirmação, aquela jovem república tinha iniciado a sua emancipação há cerca de dezoito anos, após o que se seguira a guerra da Independência, que deixara cicatrizes e consumira homens e bens, além de que as treze colónias tinham sido formalmente reconhecidas como independentes pelo Reino Unido apenas 11 anos antes.

No entanto, o que mais preocupava Freire era o facto de estes elevados vencimentos serem um atrativo para os marinheiros portugueses que, muitas vezes, quando chegavam a portos norte-americanos, desertavam e abandonavam os navios em que serviam. Como é óbvio, isto revelava-se um quebra-cabeças para os capitães dos navios, pois para o regresso a Portugal tinham de contratar pessoal norte-americano ou de outras nacionalidades aos quais tinham de pagar salários altos. Além disto, não se podia contar com a ajuda das autoridades judiciais norte-americanas, pois não existia um tratado de comércio entre os dois países. A fim de evitar este inconveniente, o ministro sugeria que os capitães dos navios celebrassem um contrato individual com os seus tripulantes, pelo qual estes se obrigavam sob pena de uma multa pecuniária a não abandonar o seu posto e a regressarem ao porto de partida. Com este

documento, devidamente autenticado pelos cônsules dos Estados Unidos, poder-se-ia requerer às autoridades judiciais a sua captura e envio para a embarcação que haviam deixado. Com este expediente evitar-se-iam as deserções, pelo que os barcos portugueses poderiam continuar a fazer as ligações marítimas entre Portugal e a América do Norte (Ribeiro, 1997, 379-380).

Um dos assuntos que o diplomata acha importante informar o seu governo tem a ver com as leis da naturalização de estrangeiros, apesar de a emigração portuguesa para os Estados Unidos não ser nesta altura muito significativa. Embora não haja dados numéricos para o período em estudo, podemos fazer uma ideia do reduzido número de emigrantes legais, se considerarmos os dados contidos na obra de Maria Baganha (Baganha, 1990, 19, 250, 256; Ribeiro, 1997, 380-381), relativos à década de 1820. Assim, entre 1820 e 1830, teriam entrado legalmente nos Estados Unidos, cerca de 256 pessoas, sendo impossível determinar a quantidade de ilegais (Ribeiro, 1997, 380).

As leis de naturalização tinham sido alteradas por volta de 1795, tornando-se mais rigorosas. Na opinião do diplomata esta maior severidade dever-se-ia ao facto de a emigração ter sido muito elevada, levando a que chegassem elementos indesejáveis. Em ofício de agosto desse mesmo ano escreve:

“A migração para estes Estados Unidos, tem sido tal, e de homens de principios tão perniciosos, que este govêrno sentio a necessidade de prevenir que elles tivessem o direito tão cêdo de votarem nas eleiçoens de membros do Congrêssu animados de principios democraticos com que já nellas tanto influem” (Ribeiro, 1997, 381).

O ministro, no entanto, tinha dúvidas acerca da legalidade desta legislação “à luz do direito das gentes”, bem como “à luz do direito publico e civil”, pois neste campo as leis dos vários países eram diferentes.

Freire dá o exemplo dos súbditos ingleses, que só perdiam a nacionalidade se tivessem cometido crimes de traição ou de lesa-majestade. Esta afirmação, aliás, prende-se com outro problema que preocupava os norte-americanos, pois muitos marinheiros eram considerados súbditos da Grã-Bretanha pelo governo inglês e, como tal estavam obrigados a servir a bordo de embarcações da Grã-Bretanha. A fim de evitar este abuso, a Câmara dos Representantes, além de legislar sobre este assunto, decidiu registar todos estes homens e dotá-los de uma certidão que atestava a sua qualidade de cidadãos norte-americanos. Já os ingleses que serviam a bordo dos navios americanos, faziam-no não por imposição mas porque os salários eram mais elevados. Porém, como a legislação lusa em relação à nacionalidade não era muito clara, o diplomata português nos EUA pedia instruções acerca do que fazer com os portugueses naturalizados americanos no que dizia respeito à concessão de passaportes e de atestados de nacionalidade.

#### **4. Possíveis negociações de um Tratado de Comércio Luso-americano**

Com a nomeação de Freire, pensou-se que este iria negociar um tratado com os Estados Unidos, uma vez que o assinado em 1786 nunca ter sido ratificado pela corte de Lisboa. No entanto, tal nunca se veio a verificar porque o diplomata não achava necessária a negociação de um acordo formal. Em seu entender, as mercadorias portuguesas usufruíam nas alfândegas norte-americanas das mesmas condições que as das outras nações. Por outro lado, temia que as cedências a fazer em troca de uma diminuição de pagamento de direitos sobre os vinhos se mostrasse incompatível com os acordos existentes entre Portugal e outros países. Na opinião do ministro seria suficiente negociar

a taxa de 10% dos direitos de tonelagem que incidiam sobre as mercadorias transportadas pelas embarcações lusas. A anulação destes impostos não seria fácil, pois os Estados Unidos teriam também de os revogar para todas as nações com as quais tinham acordos que incluíssem a cláusula de nação mais favorecida. Além disso, Freire manifestava-se pouco crente de que isto fosse muito favorável.

Na opinião do diplomata Portugal tinha duas hipóteses: ou aceitava as condições americanas no que dizia respeito aos impostos alfandegários, levando a que o comércio entre os dois países fosse feito por navios norte-americanos, tornando-se num mero fornecedor de géneros; ou passava a tratar todas as embarcações da jovem república nos portos lusos do mesmo modo que as portuguesas eram tratadas na América do Norte. O diplomata, contudo, não era favorável a nenhuma destas opções, antes preferindo que no texto de um tratado luso-americano viessem a contar apenas “estipulações geraes de favor e comércio”, dado ser de evitar cláusulas que no futuro pudessem vir a prejudicar as relações bilaterais, ou com quaisquer outros países (Ribeiro, 1997, 381-384).

Além das preocupações relacionadas com os direitos alfandegários pagos pelos vinhos portugueses nas alfândegas americanas, em especial os que taxavam os vinhos da Madeira, também se inquietou com o contrabando que do território norte-americano se fazia para o Brasil. Sabia que barcos dos EUA negociavam diretamente com a América do Sul, o que era ilegal, por causa do exclusivo colonial. Assim, existiam embarcações que levavam certos bens para os portos brasileiros e de lá regressavam carregadas com pau-brasil e outros produtos tropicais. Outros veleiros, e cita o caso concreto do *Harmonia* de New Bedford, iam também pescar para águas brasileiras. A propósito, Freire comenta ter sido a sua ação enquanto representante de Lisboa que evitara mais abusos (Ribeiro, 1997, 384-385). O ministro interessava-se de tal modo pela atividade comercial que em 1795 considerava Portugal como um dos mais importantes

parceiros comerciais dos Estados Unidos, a par da Grã-Bretanha, França, Espanha, Províncias Unidas, Dinamarca e Suécia (Ribeiro, 1997, 276-277).

## **5. Proteção portuguesa da navegação americana, face à ameaça dos corsários argelinos**

Outro dos temas que vai ser objeto de vários ofícios de Freire é a continuação da política de proteção das embarcações mercantes americanas que operavam no Mediterrâneo, nomeadamente dos ataques dos corsários de Argel e de Tunes, então nominalmente parte do Império Otomano. De facto, desde que o Reino Unido reconheceu formalmente a independência dos Estados Unidos em 1783, os navios norte-americanos deixaram de ter a proteção da marinha britânica (Ribeiro, 2016, 161-162). No entanto, por volta de 1795, Freire informava que os americanos estavam interessados em negociar com Argel e conseguir a libertação dos prisioneiros detidos. Na realidade, estavam dispostos a pagar a quantia pedida por esta regência, pois isso evitava-lhes as despesas decorrentes da construção de fragatas. Aliás, estes vasos de guerra revelavam-se desnecessários, pois não tinham nenhum tipo de conflito com a Europa.

Por esta altura, ainda segundo o diplomata português, o ministro residente coronel David Humphreys, tinha ido aos Estados Unidos informar o seu governo do estado das negociações e receber instruções. Este estava de acordo em ceder às exigências dos argelinos, fornecendo armas, munições e dinheiro. De facto, de regresso a Portugal trazia consigo 200 mil dólares para pagar os resgates. Por outro lado, tinham concordado em dar presentes a funcionários argelinos e pagar uma contribuição anual de 24 mil dólares até à assinatura de um tratado.

O diplomata não estava de acordo com o curso da política norte-americana para o Mediterrâneo e criticava-a, pois em sua opinião umas vezes

estes lutavam contra as potências berberescas e outras vezes forneciam-lhes o equipamento necessário para os seus empreendimentos predatórios. Assim, enquanto o estado de paz entre argelinos e americanos estivesse em vigor, estes fornecer-lhes-iam material de guerra, o qual poderia ser utilizado quer contra eles próprios, quer contra as nações europeias. Freire pensando certamente na ajuda dada pela corte de Lisboa, achava a atitude estadunidense de grande ingratidão. Na realidade, os Estados Unidos preocupavam-se que os compromissos internacionais de Portugal o impedissem de continuar a auxiliar a sua navegação comercial, daí ter sido recebida com satisfação a notícia da permanência de uma esquadra portuguesa no estreito de Gibraltar (Ribeiro, 1997, 387-389).

## **6. Portugal procura obter informações sobre as formas de cultivo e da indústria americanas**

Um episódio a nosso ver relevante da missão de Cipriano Ribeiro Freire, tem a ver com o facto de ter recebido a visita de um luso-brasileiro, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, então com cerca de 24 anos. Este jovem, formado “em Direito e Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1798”, foi encarregado pelo secretário de Estado da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares” de “estudar questões econômicas nos Estados Unidos”, onde chegou a 13 de dezembro desse mesmo ano (ABL). Na realidade Hipólito José da Costa ia com o objetivo de aprender os métodos de cultivo de certos produtos agrícolas, obter sementes de vegetais que pudessem ser cultivados em Portugal e no Brasil, além de adquirir conhecimentos sobre a extração de ferro e hidráulica. A missão completar-se-ia com uma visita ao México, a fim de recolher dados sobre a cochonilha, então produto de alto valor, bem como da extração do ouro e da prata. Além disto, deveria também documentar-se sobre o cultivo de algumas plantas existentes

nesta colónia espanhola. A conselho de Cipriano Ribeiro Freire, aguardou pela primavera para viajar, visitou 16 e dos 14 estados da jovem república, dirigindo-se para Montreal, de onde embarcou incógnito para o México. Apesar de todas as diligências o diplomata português não lhe conseguiu um passaporte para Vera Cruz; em vez disto, o representante de Madrid concedera cartas de recomendação para os governadores de Havana e Nova Orleães que lhe pareceram suspeitas (Ribeiro, 1997, 389-390). Manifestamente as autoridades espanholas não tinham interesse que o jovem Hipólito José da Costa ficasse a par das atividades económicas mexicanas. Sabemos que Cipriano Ribeiro Freire, colaborou com Hipólito José da Costa, tendo enviado para Lisboa, a 20 de janeiro de 1799, uma caixa contendo um “catálogo de árvores, arbustos e ervas” devidamente numerados, num total de 192 espécies (Costa, 2004, 159-166).

## **7. Local para construção de um edifício para alojar a representação diplomática portuguesa**

O diplomata também teve de dar atenção à escolha de um local para a Embaixada de Portugal na cidade de Washington. Em 1797, os comissários da nova capital americana, então em construção, contactaram o ministro português com a oferta a Portugal de um lote para edificar uma residência para os seus representantes. Neste sentido, recebeu ordens de Sousa Coutinho para aceitar a oferta e se deslocar à nova cidade a fim de escolher o terreno em causa.

Assim, em maio de 1798, deslocou-se a Washington, onde foi informado que o lote a escolher teria de ser de propriedade federal. Não lhe agradou nenhum dos aspetos destinados às instalações diplomáticas, que não achou serem salubres, além de que seria de esperar que após a construção de edifícios circundantes deixasse de haver qualquer espécie de vista. Porém, após ver vários locais que lhe foram propostos acabou por escolher um lote, localizado ao lado da Casa Branca (Ribeiro, 1997, 390-392). De facto, o espaço

é, na atualidade, “um espaço verde incluído no quarteirão delimitado pela 17th Street. Pela State Place, pela South Executive Avenue e pela E Street. A sudoeste dos jardins da casa Branca.” “A localização era excepcional”, mas a escolha foi aceite com a promessa de que não seria autorizada a construção de qualquer edifício que impedisse a vista. Freire encomendou, então, um projeto ao arquiteto inglês George Hadfield, que à altura “dirigia e superintendia as obras do Capitólio”. Contudo, devido a fatores vários – como o regresso de Freire a Portugal; o elevado custo da construção, cujo caderno de encargos chegou até nós; e as vicissitudes político-militares do país na primeira metade do século XIX – a construção não foi possível (Ribeiro, 2012, 4-7).

## **8. Política interna e externa norte-americana e relacionamento com as populações ameríndias**

Espírito curioso e informado, Cipriano Ribeiro Freire, na sua volumosa e pormenorizada correspondência enviou inúmeras informações para Portugal de tudo quanto se passava nos Estados Unidos. Assim, e até porque era um problema que poderia afetar os marinheiros dos navios que se dirigiam à Europa e ao território português, o diplomata não deixava de noticiar os surtos de febre-amarela em território americano, como os que ocorreram em, 1795, 1797 e 1798 (Ribeiro. 1997, 393-395).

O relacionamento entre os americanos de origem europeia e os povos indígenas vai ser também alvo da atenção do diplomata. De facto, Freire mostra uma grande clarividência sobre este aspeto da política norte-americana. Em ofício de janeiro de 1795, manda, em anexo, o texto de três tratados paz assinados “com diferentes tribus de indios limítrofes”. De acordo com eles o governo parece querer estabelecer um bom relacionamento e ter “desejos sinceros de civilisallos”. No entanto, escreve:

“Mas não he infelizmente quasi de esperar o estabelecimento de huma amizade perfeita, e menos de longa duração; como tenho podido comprehender, até dos mesmos plenipotenciarios que assignáram as ditas convençoens: porque as horrorosas crueldades commettidas contra os indios, suas terras e familias, tem nutrido e approfundado huma animosidade e rancôr individual e hereditario taõ propenso á vingança que só o longo curso dos tempos, e o melhor procedimento dos americanos poderám dissipar impressoens de semelhante natureza, e estabelecer huma toleravel confiança. A ambição desmedida dos novos habitantes destes estabelecimentos confinantes, produz todos os dias aggressoens que mal se podem repremir a distancia tal; commettendo usurpaçoens contra as terras dos indios, e não escrupulizando em vexallos quando o podem fazer impunemente.”

Freire tem muito má opinião dos colonos que vão povoar os territórios mais longínquos da América já que, embora os reconhecesse como aventureiros, os descreve como gente “despojada de princípios” e “mais inclinada á perfidia, do que jamais foram os mesmos indios”.

Além de tudo isto cometiam-se muitas outras arbitrariedades contra as populações autóctones que poderiam ter consequências terríveis. Como exemplo, menciona que nas fronteiras do estado da Georgia, milhões de acres de terras pertencentes aos ameríndios tinham sido vendidas. Isto poderia levar a uma guerra contra os antigos proprietários, ou até a um conflito com a Espanha, pois os domínios deste país eram limítrofes dos territórios em questão (Ribeiro, 1997, 398-399).

Freire abordou temas como levantamentos ou rebeliões em território da jovem república, as dificuldades ligadas à criação de uma marinha de guerra norte-americana ou as intenções de anexação de territórios espanhóis. Discordava destas últimas, temendo até pelo futuro da federação, quando George Washington deixasse a presidência. Também informava o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra das relações diplomáticas e negociações de tratados com as potências europeias mais importantes, nomeadamente a Espanha, França e o Reino Unido (Ribeiro, 1997, 395-397, 399-409).

## **9. Regresso a Portugal e cargos que posteriormente como diplomata e no aparelho de Estado**

Cipriano Ribeiro Freire terminou a sua missão em meados de 1799, viajando para Portugal, via Londres, cidade onde chegou nos finais de junho (Ribeiro, 1997, 412). Regressou a Lisboa em 1800 e em 1801 foi nomeado enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário para Copenhaga, cargo que não chegou a ocupar devido às vicissitudes políticas da época, indo antes como Ministro Plenipotenciário para Madrid. Em 1808 foi escolhido para inspetor e presidente do Erário Público, bem como para secretário dos Negócios Estrangeiros, funções das quais se demitiu em 1809. Esta decisão, porém, não foi aceite pelo Príncipe Regente. Por outro lado, “por Decreto de 17 de Setembro de 1810, foi nomeado Presidente do Tribunal da Junta de Commercio, e Inspector da Fabrica de Seda e Obras das aguas livres”. Entre 1814 e 1816 ocupou o posto de enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário, em Londres, após o que foi reintegrado nos cargos que ocupara antes da sua partida para o Reino Unido e dos quais acabou por ser exonerado em 12 de junho de 1821 para em agosto desse mesmo ano, ser nomeado Inspetor do Real Colégio dos Nobres. No entanto, em maio de 1820, D. João VI escolhera-o para

Presidente da Junta dos Juros dos Empréstimos. Finalmente, em agosto de 1823 voltou a ser presidente do Tribunal da Junta de Comércio, e inspetor da Fabrica de Seda e Obras das Águas Livres.

Morreu em Lisboa a 4 de julho de 1825, com cerca de 76 anos de idade, devido a doenças causadas pelo excesso de trabalho – ele que, segundo Manoel José Maria de Costa e Sá era “de compleição pouco robusta”. (Sá, 1842, 10-11, 15-17, Sá, 2016, 44).

## **Conclusão**

Cipriano Ribeiro Freire não é certamente hoje um dos nomes mais conhecidos da História da Diplomacia Portuguesa. No entanto, foi o primeiro diplomata nomeado pela corte de Lisboa para representar os interesses portugueses nos recém-independentes Estados Unidos da América, onde parece ter prestado um bom serviço. Senhor de uma vasta cultura, tinha já grande experiência no campo da diplomacia quando empreendeu a sua viagem para a então ainda pouco conhecida e longínqua América do Norte. Elemento fundador da Academia de Ciências de Lisboa e membro das mais prestigiosas sociedades de conhecimento de Londres, em Filadélfia conviveu com a elite intelectual e política norte-americana, tendo a subida honra de ser um dos raros portugueses que, até aos nossos dias, foi membro da prestigiosa American Philosophical Society.

Toda esta bagagem intelectual reflete-se nos seus muitos, frequentes e detalhados ofícios que enviava para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, onde dá conta do ambiente e dos acontecimentos mais relevantes da vida e política interna dos Estados Unidos, bem como de tudo quanto se refere a Portugal. De facto, revela-se uma personalidade atenta aos interesses do seu país e dos seus compatriotas, exercendo uma ação meritória e humanitária, sobretudo no que diz respeito aos marinheiros portugueses, que

mercê dos conflitos internacionais, se viam involuntariamente apeados em território americano e com grandes dificuldades para sobreviver e voltar para Portugal.

Além disto, o seu saber na área comercial está amplamente documentado na sua correspondência oficial. Tentou sempre contribuir para um aumento das exportações portuguesas para os Estados Unidos, nomeadamente no que dizia respeito ao sal e aos vinhos, em especial os da Madeira e do Porto. Além disto, não poupava críticas ao sistema alfandegário americano pelo modo como registavam os produtos importados. Assim, muitas vezes não distinguiam os vinhos das Canárias do da Madeira (Ribeiro, 1997, 127,105-106,162,238-239,241,272, Sá, 2016, 43). Refira-se, por fim, que Cipriano Ribeiro Freire se destacou pela sua cultura e craveira intelectual entre os diplomatas da época, daí que os ofícios sejam claros, escritos num português elegante e onde se percebe que o ministro sempre se preocupou com o incremento das relações bilaterais.

## **Bibliografia**

**Academia Brasileira de Letras, Hipólito da Costa.** Rio de Janeiro: Brasil: Autor. Retrieved from (<https://www.academia.org.br/academicos/hipolito-da-costa/biografia>)

**Baganha, M.I.B.** (1990). Portuguese Emigration to the United States 1820-1890. Garland Publishing.

**Carvalho, H.J.C.P.V.** (2014). As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A Constituição de uma coleção Nacional (dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

(<https://run.unl.pt/handle/10362/13889?mode=full>)

**KROM, Cynthia L., KROM Stephanie** (2012). The Whiskey tax of 1791 and the consequent insurrection: “A wicked and happy tumult”. *Accounting Historian Journal*, 40 (2), 109-110. Retrieved from (<https://core.ac.uk/download/pdf/288025336.pdf>)

**Ribeiro, J. M.** (2016). Conflict and Peace in the Mediterranean. Barbary Privateering in the Late 18th and Early 19th Centuries. In Giuseppe D'Angelo, Jorge Martins Ribeiro (Eds.), *Borders and Conflicts in the Mediterranean Basin* (pp.159-176). Salerno: Mediterranean Knowledge.  
(file:///C:/Users/Jorge%20Ribeiro/Downloads/D'Angelo,%20G.%20&%20Martins%20Ribeiro,%20J%20(2016).pdf)

**Ribeiro, J.M.M.** (1987), *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)* (dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. (<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10889>)

**Ribeiro, J. M.** (2012). O lote perdido e a edificação da embaixada de Portugal em Washington, DC. Atas do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (IVSLBCH). *Territórios: Documentos, Imagens e Representações*, Porto, 4-7.

(<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/62.pdf>)

**Sá, M.J.G.** (1842). *Elogio Historico do Ill.mo e Exm°. Senhor Cypriano Ribeiro Freire*. Lisboa, Academia Real das Sciencias. (<http://purl.pt/34941>)

**Sá, T.M.** (2016). *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Alfragide, Publicações Dom Quixote.

## **Abreviaturas**

ABL: Academia Brasileira de Letras